



RESOLUÇÃO SOBRE O LIVRO BRANCO DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA (REFLEXÕES E CENÁRIOS PARA A UE- 27 EM 2025)

Relativamente ao *Livro Branco da Comissão Europeia sobre o Futuro da Europa: Reflexões e cenários para a UE-27 em 2025*, a Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias:

1. agradece à Comissão a sua valiosa contribuição para o debate sobre o futuro da União Europeia através da publicação do «*Livro Branco da Comissão Europeia sobre o Futuro da Europa: Reflexões e cenários para a UE-27 em 2025*», e toma nota de todas e cada uma das reflexões e cenários propostos. A CALRE está à disposição do Comité das Regiões e da própria Comissão Europeia para contribuir, tanto local como regionalmente, para o espaço de reflexão e debate criado a partir deste documento, e compromete-se a impulsionar o debate sobre os diversos cenários nas Assembleias e Parlamentos que fazem parte da CALRE.
2. recorda que a Declaração de Roma do mês de março de 2017 realça a importância do princípio de subsidiariedade para o progresso efetivo da UE, pelo que seria desejável destacar o protagonismo das regiões e entidades locais da União no Livro Branco da Comissão, assim como em todos os documentos de reflexão sobre o futuro da União Europeia.
3. neste sentido, embora a CALRE apoie a proposta do Presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, no seu discurso sobre o Estado da União, no passado mês de setembro, de criação de um grupo de trabalho para garantir o íntegro respeito dos princípios de subsidiariedade e proporcionalidade, considera que as cidades e regiões europeias deverão ser representadas nesse grupo através do Comité das Regiões e da própria CALRE. A CALRE pretende participar no grupo de trabalho com dois representantes.
4. continuará a trabalhar para posicionar os seus diferentes territórios no centro da política europeia, e apoia a ideia de uma Europa construída de baixo para

cima. Por este motivo, as entidades territoriais devem ser protagonistas da legislação europeia e na elaboração das políticas da UE, de acordo com os princípios que esta Conferência tem vindo a defender, de subsidiariedade, governação multinível, assim como o princípio de cooperação interparlamentar. Cada um destes elementos deverá ser reconhecido explicitamente no Livro Branco, assim como em todos os documentos de reflexão sobre o futuro da Europa, e deverá aplicar-se a todas as políticas europeias, com vista ao alcance de uma UE mais democrática e eficaz. As cidades e regiões deverão participar na tomada de decisões a nível comunitário, não ficando apenas como simples recetores de programas e projetos europeus. Os membros da CALRE solicitam, portanto, às instituições europeias que analisem a criação de um processo de “cartão verde” para permitir a apresentação de propostas legislativas, sempre que solicitadas por um número suficiente de parlamentos nacionais ou regionais.

5. expressa a sua preocupação pelo facto de os cenários não incluírem uma referência explícita às consequências que cada um possa ter sobre as regiões europeias. Especificamente exprime a sua preocupação pelo conteúdo estabelecido no "*Cenário 4 – Fazer “menos” com maior eficiência*". A este respeito, a CALRE deseja contribuir de maneira construtiva para o debate, não retrocedendo nas políticas de coesão, instrumento essencial para o desenvolvimento e crescimento dos territórios e do ambiente socioeconómico das Regiões e autoridades locais da União Europeia.

Reafirma a necessidade de manter uma política de coesão forte e eficaz em todas as regiões, pós 2020, garantindo o seu pleno financiamento. Este elemento deverá figurar no Livro Branco, assim como em todos os documentos de reflexão sobre o futuro da Europa, uma vez que necessitamos de reforçar a capacidade de investimento das autoridades locais e regionais, mantendo firmemente o princípio de finanças públicas sólidas e equilibradas.

6. entende que os cenários propostos pelo Livro Branco são um apelo para decidir conjuntamente o futuro da Europa, mas apoia a proposta do Comité das Regiões para evitar uma Europa multidirecional. Desta forma, a CALRE apoia e apoiará uma maior e melhor integração. Somente unidos poderemos defender de forma eficaz os nossos valores e os nossos interesses. Só a Europa nos pode fornecer capacidade para reagir perante os grandes desafios globais do século XXI.

7. considera necessário promover e desenvolver um sistema de democracia representativa europeia mais forte, que favoreça a participação dos cidadãos no processo legislativo europeu, e nos permita avançar até uma democracia mais representativa, especialmente através de uma reforma ambiciosa da Iniciativa Cidadã Europeia, promovendo ainda espaços de debate cívico a nível europeu e, especialmente, a nível local e regional, para recuperar o apoio dos cidadãos ao projeto europeu, assim como a sua confiança nas instituições comunitárias.

8. expressa a sua convicção de que o crescimento, a criação de emprego e a redução da desigualdade devem guiar a ação da UE, pois são a melhor forma de garantir sustentabilidade. A Europa deve servir para garantir condições de emprego, serviços públicos e solidariedade entre cidadãos, e progredir assim em direção a uma Europa mais social. A este respeito, a CALRE reconhece com satisfação a adoção dos princípios fundamentais do Pilar Europeu dos Direitos Sociais pela Comissão Europeia, bem como a adoção pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu do parecer legislativo sobre a revisão da diretiva sobre o destacamento de trabalhadores no âmbito da União Europeia. Ambos os eventos são importantes passos para o alcance de uma verdadeira igualdade de tratamento, baseada em regras comuns, para todos os trabalhadores europeus.

9. considera que é necessário unir forças para aumentar a competitividade e contar com uma União Económica e Monetária mais forte e estável. Isto requer um maior investimento público para dinamizar a criação de emprego e investir nos setores produtivos regionais mais promissores. Os Parlamentos Regionais com poderes legislativos solicitam que a União Europeia diferencie a luta necessária contra o déficit público do financiamento de investimentos essenciais. Pretendem que o espaço orçamental europeu ajude a impulsionar o investimento nos diversos níveis de governo. Este é o motivo pelo qual a CALRE acolhe com agrado a disponibilidade de muitos Estados Membros para desenvolver um sistema comum para tributação justa das Empresas Digitais Transnacionais (GAFA), assim como a convergência gradual das cargas fiscais que os membros da CALRE têm vindo a solicitar.

10. acredita que devemos trabalhar juntos e de forma mais eficiente, e intensificar a cooperação parlamentar para melhorar a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e proteger os nossos cidadãos do terrorismo, proteger as nossas fronteiras, assim como contar com a influência determinante no cenário internacional, incluindo a Política Europeia de Defesa. A este respeito, a troca de informações sobre pessoas vinculadas a crimes de terrorismo entre as autoridades de segurança dos países europeus, mas também a formalização, na máxima brevidade possível, da Procuradoria Europeia (parte dos tratados desde 2009), são fundamentais. Devemos ainda analisar a possibilidade de reforçar a atuação comum da UE, o aumento das competências da Agência Europeia para a segurança das redes e da informação, (ENISA), a criação de uma força única de intervenção e uma agência de cibersegurança, assim como um orçamento comum para a defesa.

11. destaca a necessidade de afirmar o compromisso dos cidadãos europeus com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda, 2030), assim como com o planeta, o meio ambiente e a mudança climática e os seus efeitos nas catástrofes naturais, na prevenção dos riscos provocados por essas catástrofes naturais, mas também com a tecnologia e inovação, ou seja, converter o nosso continente numa Europa competitiva, baseada num crescimento inteligente e ao mesmo tempo numa Europa sustentável e verde. Para isto, devemos aprender com as experiências bem-sucedidas em várias

idades e regiões da Europa (reciclagem, uso de energias limpas, mobilidade, habitação, agricultura e urbanismo sustentáveis) para o seu estudo e aplicação no resto dos territórios da União no âmbito de uma estratégia comum para o desenvolvimento sustentável das regiões europeias.

12. apoia a necessidade de estabelecer uma política exterior comum, assim como o fortalecimento da ação europeia para a Paz no Médio Oriente, África e América Latina. Neste sentido, seria desejável reforçar o Fundo de Auxílio Europeu ao desenvolvimento destes países, especialmente nos países de origem e de trânsito, atuando para melhorar as expectativas de vida, mas também intensificando os esforços relativamente a refugiados, cumprindo as regras adotadas. Os países da União devem cumprir os compromissos de acolhimento, insistindo na necessidade de realojar os migrantes de acordo com o princípio segundo o qual pertencer a uma comunidade implica obstáculos burocráticos.

13. considera que, para poder abordar os problemas enunciados anteriormente, a União Europeia deve contar com um orçamento moderno e funcional, adequado aos desafios da Agenda 2030.

14. expressa a sua convicção do papel essencial das Assembleias Regionais europeias como agentes divulgadores do europeísmo entre a cidadania, elemento que ajudaria a aumentar a participação nos processos de eleição dos seus representantes. Devemos esforçar-nos em conseguir que os nossos vizinhos tenham um maior conhecimento das políticas europeias e do seu impacto na vida quotidiana, atuando como cidadania ativa. Por esta razão, para as futuras eleições de 2019, devemos abordar a pertinência dos partidos políticos europeus apresentarem programas que incluam propostas e objetivos de carácter europeu, para poderem, assim, seleccionar os candidatos para o posto de presidente da Comissão Europeia.

15. recorda aos países membros que os tratados e leis da UE são de cumprimento obrigatório, e todos os Estados Membros devem cumprir a lei e os compromissos adotados por cada um dos Estados no momento de adesão à UE. Por este motivo, rejeita as medidas impostas por alguns países, como a Hungria ou a Polónia, que visam rebaixar os padrões de democracia, e exige à Comissão a tomada de medidas que considere adequadas para garantir o Estado de Direito, usando a sua capacidade sancionatória.

16. reafirma a necessidade de construir uma identidade europeia comum ligada à diversidade dos seus territórios, manifestada na mobilidade dos seus estudantes, fomentando a aprendizagem de línguas europeias e a criação de universidades europeias, aproveitando ainda os instrumentos que nos unem na nossa história comum dentro da diversidade: cinema, teatro, literatura e, no geral, arte. A este respeito, expressa o seu apoio à celebração, em 2018, do Ano Europeu do Património Cultural, aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia. A CALRE considera ser uma grande oportunidade para promover a troca e valorização do património cultural da

Europa, enquanto recurso partilhado, sensibilizar sobre a história e os valores comuns, e reforçar o sentimento de pertença a um espaço comum europeu. Neste sentido, a CALRE partilha a opinião expressa pelo presidente do Comité Europeu das Regiões da Europa, Karl-Heinz Lambertz, que indicou que a diversidade e riqueza europeias são um “trunfo para a União e não um argumento para separar territórios e voltar a nacionalismos ultrapassados, que não permitirão enfrentar os desafios” da Europa do século XXI.